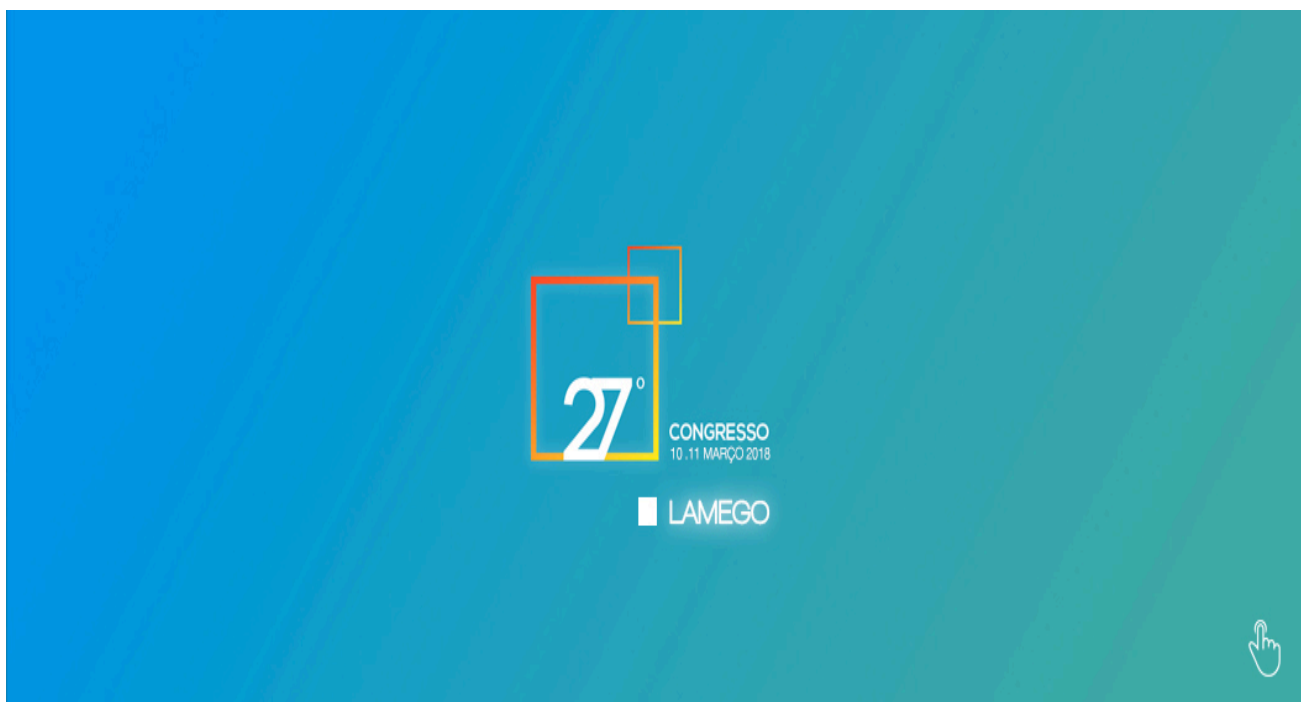


Moção Setorial



“Nós, Interior”

Nós, Interior

XXVII CONGRESSO DO CDS-PP

Lamego, 10 e 11 de Março de 2018

1- Introdução

Esta moção tem um tom que se aproxima da indignação, mas que outro tom se pode ter perante tamanha injustiça, como aquela que o Interior tem vindo a sofrer?

Injustiça essa que é sentida de igual forma nos distritos de Guarda, Portalegre, Bragança, Castelo Branco, Évora, Vila Real, Beja ou no concelho de Vale de Cambra e que fez com que todo este imenso território se unisse em torno desta ideia de moção: **Nós, Interior**.

Este documento expressa o sentir de cerca de metade do território de Portugal Continental, região essa que vive uma estranha relação com o fator humano, que impede que as pessoas nela se fixem.

Atualmente o litoral, que é cerca de um quarto do território nacional, acolhe perto de três quartos da população e aí se concentram quase quatro quintos do rendimento nacional, retrato bem evidente do abandono a que o macrocefalismo urbano, com pendor litorâneo, reinante em Portugal votou o Interior, gerando maiores desigualdades e mais empobrecimento para todo o País.

Não é por falta de discurso e de boas intenções que o desenvolvimento do Interior deixa de acontecer, mas sim por razões que têm a ver com a ausência de implementação de políticas efetivas que alterem a natureza “**concentracionista**” do nosso Estado. De nada vale andarmos a defender publicamente a desconcentração/deslocalização/dispersão de serviços públicos pelo território, para de seguida tudo fazermos em privado para que ela não ocorra efetivamente.

Não nos atrai o termo “**descentralização**”, pois este processo, a acontecer, teria que ser feito num modelo em que impedisse que a transferência de competências evoluísse para formas de caciquismo que capturem e pervertam o funcionamento da própria democracia.

Maior descentralização obriga necessariamente a um maior escrutínio do poder local. Daí preferirmos falar de desconcentração/dispersão/deslocalização de entidades e serviços do Estado, sem que isso seja entendido como uma guerra entre núcleos populacionais ou entre parcelas territoriais, localizadas mais nesta ou naquela orientação cardeal.

Portugal é um dos Estados mais desiguais da Europa, no que respeita ao desenvolvimento socioeconómico comparativo entre regiões, mas os Estados mais desenvolvidos são os mais desconcentrados e que dispersam pelo território as entidades que exercem as funções que estão acometidas a esse mesmo Estado.

Desconcentrar/deslocalizar/dispersar serviços e competências por todo o território aproxima o poder dos cidadãos e contribui para que as políticas públicas tenham em conta a realidade diversa das regiões. Estas são ideias que todos são capazes de defender, sobretudo em época eleitoral, e que ninguém é capaz de levar à prática no exercício dos respetivos mandatos.

Descentralizar/desconcentrar/deslocalizar têm sido apenas verbos de encher programas eleitorais e discursos de líderes políticos, mas sem qualquer consistência real e com práticas diametralmente opostas às intenções manifestadas.

Não tenhamos dúvidas de que um país menos macrocéfalo, mais desconcentrado, com maior dispersão dos serviços que asseguram as funções dos Estado por todo o território será garantidamente um país mais justo e com uma maior qualidade democrática.

Entendemos que esta deve ser uma ideia em cuja defesa o CDS deve centrar uma parte significativa da sua ação política.

2- Caraterização do Território

2.1 Demografia

O interior é atualmente caraterizado pela escassez de pessoas e pela imensidão do território, onde o único indicador que se mantém estável é o da sua superfície em km².

A única garantia que temos no interior é que o território não esticou, mas também não encolheu.

Para exemplificar melhor a realidade deprimente dos territórios agora pomposamente denominados de baixa densidade, ficam alguns dados estatísticos:

O Concelho do Sabugal, no distrito da Guarda, com 822 km² tinha em 2015, 512 idosos por cada 100 jovens, numa população total que já não chegava aos 12 000 habitantes. Daí para cá a situação só se pode ter agravado com os péssimos indicadores do saldo demográfico nacional recentemente conhecidos e que se fazem sentir de forma especialmente aguda no Interior do país.

Daí que neste concelho, em 2009 tenham nascido 60 crianças e em 2015 apenas 42.

Almeida, também no distrito da Guarda, num território com 518 km², residem 7483 pessoas com 552 idosos por cada 100 jovens.

No município de Crato, distrito de Portalegre havia, em 2015, 368 idosos por cada 100 jovens e nasceram nesse mesmo ano 17 crianças em todo o concelho.

Em Penamacor, no distrito de Castelo Branco, havia, em 2015, 588 idosos por cada 100 jovens e registaram-se nesse mesmo ano apenas 14 nascimentos em todo o concelho.

Torre de Moncorvo, no distrito de Bragança, tem um cenário em tudo semelhante aos restantes concelhos referidos noutros distritos do mesmo Interior, contando com 428 idosos por cada 100 jovens, no ano de 2015.

E poderíamos estar aqui a apresentar muitos outros exemplos semelhantes e até bem mais elucidativos do que os referidos.

É imperioso perguntar:

Qual é o futuro para estes territórios?

Considerando-se pessoa idosa aquela que tem 65 ou mais anos, qual será a realidade destes concelhos e de outros que têm cenários semelhantes, daqui por 10 anos?

O problema demográfico, sendo um problema de dimensão nacional, afeta de forma especialmente agravada o Interior de Portugal. Esta vasta região do País sofre duplamente com esta calamidade, uma vez que sente a redução da natalidade como qualquer outra região e ainda vê partir os jovens em idade de constituírem família. Baixa fecundidade e êxodo da população jovem são uma mistura altamente erosiva da demográfica no Interior do país.

A subida do índice de envelhecimento nas regiões do Interior é um dado adquirido e sempre com sentido crescente e em agudização desde os censos até 2011. Os reflexos desta realidade demográfica sentem-se já no decréscimo da força de trabalho e acentuar-se-á nos próximos anos.

O Interior chegou ao ponto em que o investimento já não encontra mão de obra que permita a sua instalação.

Como pode uma região sobreviver apenas com população idosa?

Como pode sobreviver um Interior onde as crianças são cada vez menos e onde se vão fechando todos os anos escolas e as aldeias vão ficando desertas?

Com os indicadores atuais, em cerca de um quarto de século, perderemos um terço da população no Interior, ou sejam cerca 150 mil habitantes, e em 90 anos perderemos 75% da

população, face a 2011, se nada for feito em termos de inversão da tendência que a realidade nos indica.

A reversão do declínio demográfico através da recuperação do saldo natural, exige que a valorização do Interior se transforme num desígnio nacional, com adoção de políticas diferenciadoras e promotoras do reequilíbrio socioeconómico entre das regiões.

Quantas e quantas calamidades como as do último Verão e Outono vão ter que ocorrer num território, onde os vestígios de mão humana vão sendo cada vez mais ténues, para que o paradigma do ordenamento e da coesão territorial mude?

No último estio, o Estado e o estado das coisas ficaram frente a frente e o resultado foi catastrófico para os territórios do Interior.

A realidade tem que nos inquietar e, perante ela, já alguém se questionou:

Quanto custa o despovoamento?

Já se fizeram contas para se saber qual é o preço que Portugal está a pagar pelo abandono de mais de 2/3 do território?

Estas são questões deveras pertinentes e que necessitam de respostas urgentes, num contexto em que o desenvolvimento do Interior tem que ser assumido como um desígnio nacional, de uma estratégia política solidária e de visão de futuro sustentável para o País.

O território em esvaziamento populacional tem que ser considerado como um espaço de oportunidade, sustentado também na competitividade e modernidade e capaz de contribuir para a maior coesão social, económica e territorial do todo do nosso país.

O problema do Interior é de enorme gravidade e não se resolve naturalmente.

A realidade tem de nos fazer pensar e agir!

E a política é isso mesmo: AÇÃO!

2.2 Economia

O tecido empresarial do Interior do país é maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas de cariz familiar que competem num mercado nacional e internacional cada vez mais global e competitivo, com custos de produção mais elevados comparativamente com as empresas instaladas noutros pontos do território nacional e da vizinha Espanha, situação agravada com o recente aumento dos combustíveis, tarifas de eletricidade e portagens. Aqui ainda há que considerar a especificidade dos territórios de fronteira.

A ausência de um **Estatuto de Benefícios Fiscais à Interioridade**, que determine um caminho de equidade de oportunidades, torna a situação para as empresas ainda mais crítica, é um sinal contrário à coesão e competitividade destes territórios e uma prova evidente de abandono

e de quebra da solidariedade nacional, como que deixando para trás áreas geográficas que hoje se aproximam de um vazio demográfico de difícil e de elevados custos de reversão.

As regiões do Interior não podem ser deixadas entregues a si próprias, pois há deveres de soberania por parte do Estado e porque não se podem confundir as pessoas com meros números.

Nos últimos dez anos o crescimento da população foi sempre negativo no Interior e a título de exemplo, só no Distrito de Guarda perderam-se mais de 19 000 habitantes. Nos restantes distritos do Interior, o cenário é em tudo semelhante.

Nada que seja estranho, na medida em que aquilo que determina que uma pessoa viva na Guarda, na Covilhã, em Beja, em Bragança, em Portalegre, no Porto ou em Lisboa é o **sustento**. E o **sustento** garante-se com o **emprego**. A procura de **emprego** é a prioridade das prioridades quando se atinge a vida ativa e ou esse **emprego** existe, ou não existe. Para existir **emprego**, tem que haver **investimento**. E o investimento só aparece com verdadeiros incentivos aos investidores que podem deslocar ou instalar as suas empresas no interior.

Portugal não é grande e também não é coeso porque não valoriza as suas diferenças e esquece as potencialidades de cada região, afunilando o desenvolvimento e o crescimento a uma faixa muito estreita do território, que se resume a pouco mais do que Lisboa, Porto e respetivas áreas metropolitanas.

Tudo o resto é uma espécie de deserto. Um vasto território em crescente desumanização.

2.3 Emprego

A falta de emprego, em particular do emprego qualificado, gerado por empresas tecnologicamente avançadas, determina a falta de saídas profissionais para os jovens oriundos do Interior que, após obterem a sua respetiva qualificação, se veem impedidos de retornar à região de origem por ausência de respostas do mercado de emprego local. No Interior não há saídas profissionais e na grande maioria dos concelhos, desta vasta parcela territorial do país, os grandes empregadores são as autarquias, que contratam em regime de quase exclusividade, traduzindo-se na maior parte em exclusividade política.

Não podem vir dizer-nos que se vive melhor no interior do que nas grandes cidades do litoral, quando retiram às pessoas, em particular aos jovens, toda e qualquer ilusão de aí se fixarem por falta de saídas profissionais.

O Interior precisa de **novos povoadores**, mas para isso é imperativo atraí-los com oferta de emprego. E para haver emprego tem que haver **investimento**. E para haver emprego, nunca é demais repetir, tem que haver **investimento**.

Parece tudo fácil, mas na verdade viver no Interior é cada vez mais difícil porque é cada vez mais desigual e incorpora um sentimento brutal de **impotência** e **injustiça** a alguns resilientes.

2.4 Mobilidade

Conjugado com o envelhecimento da população e com o encerramento de serviços do Estado está a dificuldade de mobilidade em territórios onde os transportes públicos são praticamente inexistentes e as vias de comunicação são simultaneamente **caras** e de **má qualidade**. Talvez seja por ironia que se conjugam estes dois fatores.

Como é possível que, a título de exemplo, uma deslocação em automóvel da Guarda a Lisboa custe cerca de 1/5 do ordenado mínimo nacional, 120,00€? (combustível e portagens)

O grau de desenvolvimento regional confirma claramente as assimetrias existentes entre o litoral e o Interior e as vias de comunicação são um fator que contribui de forma determinante para cavar de forma mais profunda essas mesmas assimetrias.

Por isso, o custo das acessibilidades nas regiões interiores, como é o caso das A23, A24 e A25, constituem um fator limitador ao desenvolvimento de uma vastíssima área geográfica do país, na medida em que constroem não só a mobilidade das pessoas como a mobilidade das transações económicas, pois elevam os custos de contexto das empresas.

A competitividade económica está intimamente ligada aos custos de produção e a mobilidade é muito cara no Interior do país. Com isso se encarecem os bens e serviços aí produzidos ou se reduzem as margens de comercialização até ao ponto de pôr em causa a própria sobrevivência das empresas.

O desinvestimento na linha férrea levou ao declínio deste meio de transporte e ao conseqüente abandono de muitas infraestruturas, aumentando ainda mais as dificuldades para as pessoas e para a economia.

3- Como se pode inverter esta realidade?

As soluções aplicadas no Interior têm revelado um profundo alheamento da realidade e uma confrangedora falta de visão global. São na maioria das vezes medidas avulsas e desajustadas das necessidades e do contexto em que se inserem, não contribuindo para a competitividade do Interior e assumindo-se como uma espécie de “engodo” para distrair a “presa”.

Aquilo que tem acontecido é que apenas se tem promovido uma espécie de jogo de sombras políticas, sempre que se fala do Interior.

O que se tem andado a fazer, no que respeita ao Interior, é a fingir que se dá mais do que efetivamente se dá, da parte de alguns, e a fingir que recebe mais do que efetivamente recebe, por parte de outros. É uma espécie de jogo em que todos se sentem felizes, quando o que prevalece é apenas a força e a arte da dissimulação e da comunicação. E neste jogo de sombras todos se mexem, todos dizem coisas, todos parecem desempenhar os seus papéis, mas no final tudo fica na mesma, ou seja, **pior**.

Um país que não tem uma estratégia clara para o desenvolvimento integrado de todo o seu território faz com que se vá trilhando um percurso casuístico, errático, sem sentido, deixando o futuro entregue ao destino, como que se de uma inevitabilidade se tratasse.

Inevitável é assumir opções e tomar decisões.

O Estado tem que assumir o desenvolvimento do Interior como um encargo e não se pode demitir das suas responsabilidades. O foco deve ser apontado para as pessoas, porque é com mais pessoas que o Interior se desenvolve.

3.1 O Papel do Estado

As debilidades existentes ao nível dos serviços públicos condicionam negativamente a capacidade para atrair investimento, sem, no entanto, constituírem obstáculos incontornáveis. A reversibilidade é possível desde que haja vontade política e coordenação e sintonia entre os diferentes intervenientes: o Estado Central, as autarquias locais, o setor social, os investidores e a população.

O Estado tem que garantir uma oferta equilibrada de serviços públicos em todo o território nacional, sejam Escolas, Repartições de Finanças, Tribunais, Serviços de Saúde, etc. Uma cobertura adequada de serviços públicos no território é absolutamente imprescindível e não pode ser fundamentada numa lógica de escala cega, ou ainda numa lógica de racionalidade económica imediata.

Não obstante a importância dos serviços públicos prestados, o Estado deve ser, sobretudo, o estratega, o impulsionador e o promotor do desenvolvimento do Interior do País.

Nessa medida, sendo o investimento público verdadeiramente estruturante para fortalecimento dos serviços públicos prestados, a ação do Estado tem que ser também direcionada para a canalização de investimento privado e tem que ter como propósito principal o de dotar o Interior de atratividade para que seja possível a fixação das pessoas.

Na saúde, as populações geralmente muito fragilizadas pelo envelhecimento não podem continuar a confrontar-se com um SNS cada vez mais carente de profissionais e em que muitas das valências médicas vão ficando mais fragilizadas e à beira da rotura final. Na maior parte das vezes reféns dos prestadores de serviços, contratados sabe-se lá em que condições, por empresas externas, para tentar suprimir as faltas do sistema.

O Estado tem que encontrar mecanismos, no regime de colocação de profissionais de saúde, para que esta realidade se inverta. É ao Estado Central que compete esta tarefa e não a uma qualquer outra entidade de administração local, do setor social ou privado. No Interior ainda vivem pessoas e elas são legítimas credoras dos deveres institucionais do Estado, inscritos na nossa lei fundamental.

3.2 A Importância da Educação

A questão da Educação é primordial para o desenvolvimento do Interior.

Uma rede de escolas do ensino Pré-Escolar ao Secundário bem estruturada e dispersa no território e a presença de instituições de ensino superior no Interior são determinantes na fixação e captação de população jovem e na sua qualificação. Nenhum casal jovem com filhos se instala num território onde esses mesmos filhos não possam receber a instrução básica e secundária a que qualquer cidadão português tem direito.

Da mesma forma que as Universidades e os Politécnicos têm um papel determinante na dinamização e sustentabilidade económica do território de influência, onde se encontram sediados, ao assegurarem um conjunto de competências que de outra forma não existiriam na região, nomeadamente, na investigação de novos produtos, no desenvolvimento tecnológico, no trabalho em rede, na cooperação institucional, e na prestação de serviços às atividades produtivas instaladas na região.

Porém, todas estas instituições tão relevantes do ponto de vista da formação individual e da promoção do conhecimento essencial ao desenvolvimento socioeconómico, não podem confrontar-se permanentemente com encerramentos em cadeia, que deixam o território e respetivos aglomerados populacionais vazios, e com a concorrência desleal do próprio Estado, que vem permitindo a replicação dos cursos superiores existentes nas instituições do Interior noutras que estão localizadas no Litoral.

Da mesma forma que também não é admissível, em qualquer circunstância, que estas mesmas instituições de ensino superior, localizadas no Interior, recebam o mais baixo financiamento por aluno do país, como é o caso da Universidade da Beira Interior.

A educação básica e secundária e o ensino superior são verdadeiras âncoras na fixação e atração de população, bem como na dinamização económica das regiões deprimidas socioeconomicamente e contribuem decisivamente para o desenvolvimento dos espaços geográficos que servem e onde se inserem.

A Educação é uma primeira barreira ao esvaziamento do território.

3.3 A Diferenciação positiva

Quem vive nas regiões denominadas de baixa densidade não se pode conformar com o atual estado das coisas e tem que exigir justiça. Mais do que simples justiça exige-se o cumprimento dos desígnios constitucionais inscritos na nossa lei fundamental, nomeadamente, no seu Artigo 9.º, como Tarefas fundamentais do Estado:

d). Promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;

e). Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território;

g). Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Foi com profunda preocupação e discordância que assistimos, em 2012, à **Revogação do Regime de Benefícios Fiscais aplicável à Interioridade** na Proposta de Orçamento desse mesmo ano, uma vez que se revelou penalizador para a dinamização da economia e para a fixação de novas empresas, sendo estas fundamentais para a criação dos tais postos de trabalho que podem garantir a atração e fixação de população e a sustentabilidade dos territórios.

Não se compreende que o Interior, já fustigado ao longo de décadas por medidas de desvalorização, tenha tido uma fatura acrescida no que respeita ao esforço feito pelo país, para recuperar da bancarrota socialista. Os portugueses e portuguesas que vivem no Interior, para além do esforço feito por todos os outros cidadãos, ainda se viram **EXPOLIADOS** do Regime de Benefícios Fiscais à Interioridade.

Injusto?

Não foi apenas injusto. Foi dilacerante e destituído de qualquer sentido de Estado para todo o Interior. Foi mais um golpe desferido nos já fragilizados e denominados territórios de baixa densidade.

Daí que a criação de um **Estatuto de Benefícios Fiscais** de fratura, uma espécie de **CARTA DE FORAL** para o Interior, e outras iniciativas em matéria de políticas públicas sejam

encarados como medidas essenciais para o reequilíbrio do território, implementando simultaneamente um processo de reforma administrativa para, estrategicamente, se desconcentrarem/deslocalizarem serviços de Lisboa para os territórios hoje despovoados, por forma a que desempenhem funções de equilíbrio regional e territorial.

Se, por um lado, quanto mais serviços se fecham, mais competências se extinguem, mais se alimenta o ciclo vicioso do despovoamento; por outro lado, o risco de encerramentos em cadeia de serviços nos mesmos territórios, na sua maioria de baixa densidade populacional, é cada vez mais uma realidade incontornável com um grau de probabilidade muito elevado.

Sabemos que as potencialidades do território nacional são grandes, mas não estão devidamente valorizadas nem essa mesma valorização é equilibrada.

Uma política que conduza à elevação do potencial de cada região pressupõe naturalmente que o investimento seja prioritariamente dirigido aqueles aspetos que servirão de motor para a sustentabilidade económica e social que se deseja alcançar em cada território. O ambiente, o turismo, a agricultura e a silvicultura, com todas as atividades complementares, assumem-se naturalmente como as áreas de negócio com maior valia para o desenvolvimento do Interior, mas não bastam por si só. Necessitam ser complementadas pela instalação de unidades do setor industrial e dos serviços e, neste aspeto, o papel do Estado Central é deveras determinante.

Para que seja possível inverter a realidade do Interior, o Estado Central deve ser capaz de elaborar e implementar uma estratégia política para o território nacional em que defina objetivos mensuráveis, que depois de monitorizados, permitam:

- ✓ Pôr em prática políticas concretas para a promoção da coesão territorial e combate ao declínio demográfico;
- ✓ Garantir a oferta, através da desconcentração/deslocalização de serviços públicos para o Interior, com uma abrangência geográfica que garanta a equidade entre todos os cidadãos do território nacional, bem como a canalização de investimentos no setor industrial e de serviços:
 - Descentralizar o Ministério da Agricultura e promover a sua instalação nos territórios despovoados do Interior;
 - Instalar as CCDR's no Interior, prioritariamente nos territórios de fronteira;
 - Canalizar prioritariamente novos investimentos industriais e do setor dos serviços para o Interior;
 - Implementar um sistema cadastral e incentivar/criar um mecanismo de emparcelamento nos territórios com predominância de minifúndio;

- Incentivar a criação de explorações agrícolas, pecuária, pastorícia e afins, com alargamento da idade de majoração dos apoios de 40 para 55 anos, nos territórios denominados de baixa densidade;
- Expandir o regadio da Cova da Beira à zona Sul da Gardunha;
- Modernizar o regadio da Idanha;
- Investir em agroindústrias transformadoras das produções locais (nomeadamente zona de influência da EDIA), fazendo com que estas regiões, nomeadamente no Alentejo, aumentem a necessidade de mão-de-obra e acrescentem valor a esses mesmos territórios.
- ✓ Que a mobilidade de pessoas e bens seja melhorada e esses mesmos serviços públicos estejam acessíveis mediante uma rede de transportes públicos alicerçada em tempos e distâncias mínimos de deslocação, contemplando:
 - Valorizar um dos aeródromos já existentes, como é o caso do de Viseu, e criar um outro de fronteira (Vilar Formoso), como complemento à mobilidade rodoviária e ferroviária e como forma de incrementar o Turismo, os negócios e o movimento dos emigrantes entre o território nacional e os países de acolhimento;
 - Isentar de taxas de portagens a residentes e empresas do Interior, ou que aqui venham instalar-se, e redução geral do valor das mesmas portagens para um máximo de 0,03€/ km, na A23, A24 e A25;
 - Melhorar a rede viária do interior, com valorização urgente das EN's, IC's e a construção do túnel sob a Serra da Estrela;
 - Reabilitar a Linha do Douro até Barca D'Alva, como forma de dinamizar o setor turístico e a mobilidade de pessoas e bens, e todas as infraestruturas ferroviárias abandonadas no Interior, assumindo o Estado esses encargos ou concessionando-as a privados;
 - Reativar a Linha de Cáceres, dando-lhe um destino Turístico transfronteiriço.
- ✓ Que sejam definidas metas concretas em matéria de coesão territorial e de reposição da densidade populacional nos territórios de baixa densidade;
- ✓ Uma política fiscal que deverá ser, desde logo, um instrumento para o desenvolvimento sustentado e equilibrado do País, devendo promover a melhoria da competitividade das empresas, pelo que defendemos a necessidade de promoção de políticas fiscais de fratura, uma espécie de **curto-circuito fiscal**, que contemple nomeadamente:

- Criar um Benefício à Interioridade (à semelhança das regiões Autónomas) que permita:
- Reduzir o IRC para o valor **zero**, para as empresas que se fixem no Interior, e que garantam níveis mínimos em termos de inovação, exportação, criação de emprego qualificado e de utilização de tecnologia amiga do ambiente;
- Reduzir o valor do IRC para **10%** a aplicar às empresas já instaladas e para as novas que não cumpram os requisitos atrás definidos que lhes permita integrar o escalão zero;
- Escalonar de forma diferenciada o IRS para todos aqueles que vivem no Interior, criando uma tabela de incidência deste imposto sobre os rendimentos que favoreça aqueles que efetivamente aí residem, trabalham e investem;
- Diferenciar os custos energéticos no Interior, com majoração para as regiões de clima mais adverso: energia elétrica e combustíveis fósseis;
- Deduzir os custos da limpeza e manutenção da floresta em sede de IRS e IRC;
- Criar um Rendimento Mínimo Garantido para os proprietários rurais cujos terrenos não possam ser reflorestados, como forma de criar barreiras à propagação de incêndios;
- Implementar uma VIA VERDE (sem portagens) que simplifique os processos burocráticos ao investimento no Interior;
- ✓ Para além de tudo o anteriormente referido, é urgente:
- investir em barragens e tornar mais fácil o investimento privado nesse tipo de infraestruturas com fins agrícolas e múltiplos, para aumentar as áreas de regadio em todas as zonas de Trás-os-Montes e Beiras, que se encontram em desertificação ou mais suscetíveis aos efeitos das secas;
- Retomar os projetos das barragens planeadas para o rio Mondego, nomeadamente a de Girabolhos;
- Preservar e tratar as linhas de água - nascentes, fontanários e afins – pois a qualidade ambiental é um valor em si mesmo.

Toda e qualquer estratégia para o Interior tem que definir caminhos, metas e objetivos e exige o empenho dos decisores ao mais alto nível e o Estado deve concomitantemente:

- ✓ Promover a cooperação institucional e o envolvimento dos atores regionais, quer sejam políticos, agentes de ensino superior, de investigação e empresariais e setor social.

- ✓ Dar sinais claros da sua iniciativa e vontade política e ter um papel ativo na atração de investimento privado para o Interior.
- ✓ Desconcentrar/dispersar outros organismos públicos e reforçar serviços nestas regiões de baixa densidade, tal como por exemplo a Segurança Social, as Finanças ou o Turismo de Portugal. Fixar aí as estruturas operacionais de empresas públicas, em que se pode dar como exemplo o setor das Águas de Portugal (não apenas a sede, como é o caso da Guarda) ou outras.
- ✓ Nos concursos públicos para admissão de funcionários e quadros do Estado, dar absoluta prioridade aos que se destinem a preencher vagas nos serviços, institutos públicos, departamentos e delegações localizados no Interior.

4. Conclusão

O despovoamento do Interior só se resolve com políticas robustas, bem estruturadas e decisões de **investimento** nestas regiões!

Citando Max Weber, “a história ensina-nos que o homem não teria alcançado o possível se, muitas vezes, não tivesse tentado o impossível”.

Ora, no que ao Interior diz respeito continuamos a alimentar a utopia de acreditar que é possível construir coletivamente as soluções de que este imenso território necessita. Aliás, essas soluções nem são impossíveis, pelo que tudo fica mais fácil no processo de alteração de paradigma social e económico, que se impõe como necessário e urgente, e cujo interesse vai para além dos limites dos denominados territórios de baixa densidade.

É uma mudança que importa a todo o país.

As soluções para os distritos e concelhos do Interior não podem continuar a ser casuísticas nem parcelares, têm que ser abrangentes, estruturadas e duradouras no tempo, para que consigamos atingir o possível sem nunca termos tido a necessidade de ter tentado o impossível.

De nada serve virem acenar-nos com Unidades de Missão para a Valorização do Interior, que apenas desvalorizam e se assumem como autênticos logros. Precisamos efetivamente de medidas que promovam a fixação da população, a vinda de novos povoadores, o encaminhamento de investimento, a valorização do património natural e construído e dos produtos endógenos.

Mudanças de paradigma desta magnitude necessitam de lideranças e nós acreditamos naquelas que se afirmam pelo exemplo e não noutra tipo que se querem afirmar apenas pelo poder. Por uma razão simples: as primeiras mobilizam todos, as segundas apenas arrastam alguns e neste processo precisamos de uma enorme força que alavanque a reivindicação de que todos também somos credores no Interior do país.

O CDS tem hoje uma liderança que incorpora estas virtudes. Uma liderança de exemplo, com uma enorme capacidade de trabalho e provas dadas de boa governação.

A agregação dos distritos da Guarda, Portalegre, Castelo Branco, Bragança, Évora, Vila Real e Beja, todos eles do Interior, a esta moção é um sinal claro de que o CDS está empenhado em mudar a realidade de toda esta vasta região, razão pela qual o Partido, no seu todo, não pode deixar de tomar este desígnio como uma bandeira política a defender com todo o empenho.

Por isso o CDS deve inscrever, com urgência, os problemas do Ordenamento Territorial e da Interioridade na agenda do Partido e fazer deles um combate político de todos os dias.

O CDS deve liderar este desiderato nacional que é o de tornar o país mais equilibrado e justo, em termos de desenvolvimento territorial.

O CDS deve assumir aquilo que nem os outros partidos nem o Estado têm vindo a fazer ao longo de várias décadas.

O Interior agradece e Portugal também.

Combater o despovoamento e promover a coesão do território implica uma aposta séria nas potencialidades de cada região, na atratividade económica, na criação líquida de emprego jovem e qualificado nos territórios mais esvaziados de pessoas.

Os cidadãos que escolheram o Interior para viver merecem as mesmas oportunidades dos seus concidadãos do Litoral, quer seja no acesso aos serviços públicos, na aspiração a uma carreira profissional, na possibilidade constituir e sustentar a família sem terem que migrar ou emigrar.

O CDS tem de agir porque a passividade mata o Interior e mata também o País!

O País precisa de uma estratégia política para o território nacional que seja integradora e promova o desenvolvimento, reduzindo assimetrias demográficas, económicas e sociais.

O Interior, legitimamente, espera muito do CDS.

Primeiro subscritor: Henrique José Batista Pissarra Monteiro